

PL 2.492/2020

Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Data da 08/05/2020

Apresentação:

Ementa: Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre

as condicionalidades do Programa Bolsa Família o trabalho em serviços e projetos úteis para a comunidade ou município, bem como a aceitação de oferta de emprego por meio de programas públicos de colocação e recolocação profissional; e para limitar as dotações orçamentárias do programa ao valor de um por

cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Forma de Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões -

Apreciação: Art. 24 II

Texto Às Comissões de

Despacho: Trabalho, de Administração e Serviço Público;

Seguridade Social e Família:

Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, Il Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões -

Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Regime de tramitação:

Ordinária (Art. 151, III, RICD)

Em 03/11/2020

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados